

Por Alex Rodrigues

A PF deflagrou hoje (8) a segunda fase da Operação Greenfield, que investiga indícios da existência de um esquema de cooptação de testemunhas para que não contribuíssem com a apuração de supostas irregularidades envolvendo fundos de pensão.

Entre os alvos dos sete mandados judiciais (seis de busca e apreensão e um de prisão temporária) que estão sendo cumpridos nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul estão o empresário Mário Celso Lopes, preso em caráter temporário por cinco dias, e seu filho, Mário Celso Lincoln Lopes. Os dois são sócios de grupos empresariais investigados pela Greenfield, como a Eucalipto Brasil.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal, Lopes, seu filho e outros investigados fraudaram fundos de pensão como o Petros e o Funcef, que, juntos, investiram cerca de R\$ 550 milhões no Fundo de Investimentos em Participação (FIP) Florestal, antiga Florestal S/A, empresa criada por Lopes.

O MPF estima que, corrigido, o prejuízo causado aos fundos de pensão chegue a R\$ 1,7 bilhão. Para garantir o resarcimento do prejuízo aos fundos, o MPF pediu o bloqueio dos bens de Lopes, de seu filho, da Eucalipto Brasil e de outras empresas ligadas aos investigados.

Para os investigadores, o FIP Florestal obteve investimentos ilicitamente. Além disso, os ativos do FIP foram superavaliados de forma a majorar a participação do fundo criado por Lopes em detrimento da participação do Petros e do Funcef. Ou seja, segundo o MPF, mesmo tendo investido R\$ 275 milhões e assumido grandes riscos, Funcef e Petros não obtiveram o controle da FIP Florestal.

O MPF considera que a participação acionária de Funcef e Petros foi ainda mais prejudicada quando a FIP Florestal se fundiu com a Eldorado Brasil Celulose, empresa da holding J&F. Segundo os procuradores, os ativos da Eldorado também foram superavaliados. Os sócios majoritários da nova empresa passaram a obter financiamentos e empréstimos junto à Caixa Econômica Federal e outros bancos, o que lhes permitiu alavancar ainda mais o valor de mercado da Eldorado, gerando a empresa que hoje é uma das líderes do mercado de celulose no país", afirmam os procuradores ao pedir a prisão de Lopes.

Para justificar o pedido de prisão, o MPF relatou à Justiça que os investigadores encontraram indícios de que um contrato de R\$ 190 milhões foi assinado para mascarar o suborno pago a um empresário concorrente, para que ele não denunciasse o esquema e, assim, dificultasse as investigações, iniciadas em 2014.

As medidas judiciais cumpridas hoje foram autorizadas pelo juiz Vallisney de Souza, da 10ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal, e estão sendo cumpridas nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

A primeira fase da Operação Greenfield foi deflagrada em setembro de 2016, para investigar fraudes e irregularidades na administração de quatro dos maiores fundos de pensão do país: Funcep, Petros, Previ e Postalis. Dezessete pessoas foram conduzidas e liberadas após prestar depoimento, entre elas o ex-presidente da construtora OAS, Léo Pinheiro, alvo também da Operação Lava Jato.

Procurada, a holding J&F esclareceu que nenhuma das suas empresas foi alvo de busca e apreensão ou qualquer ação policial no âmbito da Operação Greenfield. A empresa reforça que, quanto ao processo que tramita na 10ª Vara Federal de Brasília, seus advogados já entregaram a

sua defesa e aguardam novos pronunciamentos do juiz responsável.

A reportagem não conseguiu contato com a Eucalipto Brasil e com os advogados de Mário Celso Lopes e de Mário Celso Lincoln Lopes.

Fonte: Agência Brasil, em 08.03.2017.